

Só em 83 Senado aprova cessão de área à Vale

A decisão do Governo de ceder à Companhia Vale do Rio Doce uma área de 420 mil hectares no sul do Pará, que integra o Projeto Carajás, para exploração de minério de ferro, só será ratificada pelo Senado, renovado pelos resultados das eleições de 15 de novembro, a partir de março do ano que vem, quando tiver início a nova legislatura.

Esta necessidade deriva do fato de somente o Senado, face à legislação, ter poderes para autorizar a concessão de áreas superiores a 3 mil hectares pertencentes a União, em que pese o fato de o Governo, através do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), conceder à Vale do Rio Doce somente o direito real de uso da área, sem transferir à Companhia o seu domínio.

Segundo o Procurador da República, José Rodrigues Ferreira, representante do

GETAT, o órgão não vai vender nem transferir o domínio útil da região à Vale do Rio Doce, permitindo, unicamente, que esta explore a área por tempo indeterminado.

O GETAT — explicou —, permitirá, com a autorização do Senado, que a Companhia explore o minério de ferro existente na área, podendo, contudo, vir a cancelar o contrato, que ainda não foi elaborado, caso alguma de suas cláusulas deixe de ser cumprida pela Vale do Rio Doce.

Antecipando-se à decisão do Senado, no entanto o GETAT e a Companhia Vale do Rio Doce firmaram, na semana passada, convênio para o levantamento da situação fundiária na região, visando facilitar a preservação ecológica da área e compatibilizar o desenvolvimento econômico com a manutenção de ecossistema existente.